

As macro e micropolíticas das lutas urbanas reivindicativas e afirmativas na cidade de São Paulo: entre periferias e *quebradas*

Anderson Kazuo Nakano* ; Thiago A. Gonçalves** ; Juan R. Guimarães***
Bárbara Helena da Silva Montalva**** ; Henry Tomio Kreniski Maru*****

Resumo

Este ensaio analisa as “macro e micropolíticas” das lutas urbanas reivindicativas e afirmativas na cidade de São Paulo, com ênfase no período de redemocratização iniciado nos anos 1980. A análise centra-se na relação dessas lutas com os processos de produção e transformação das periferias, atualmente ressignificadas como quebradas. Defende-se a hipótese de que “periferia” e “quebrada” possuem distinções conceituais, embora frequentemente sejam tratados como sinônimos. A análise é fundamentada em abordagens teóricas, musicais, literárias e políticas, com base em estudos urbanos, letras de rap, literatura marginal e pesquisas exploratórias sobre as dinâmicas políticas e culturais de movimentos e agentes sociais distintos na cidade de São Paulo.

Palavras-chave: Lutas urbanas reivindicativas e afirmativas; Lutas macro e micropolíticas; Periferias; Quebradas.

* Arquiteto e urbanista, doutor em demografia. Docente do Instituto das Cidades do Campus Zona Leste da Universidade Federal de São Paulo, São Paulo-SP, Brasil. Coordenador do Observatório de Lutas Urbanas e Políticas Públicas. End. eletrônico: kazuonakano@unifesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1929-5270>

** Graduando em geografia no Instituto das Cidades do Campus Zona Leste da Universidade Federal de São Paulo, São Paulo-SP, Brasil. End. eletrônico: thiago.andrade05@unifesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3017-9657>

*** Graduando em geografia no Instituto das Cidades do Campus Zona Leste da Universidade Federal de São Paulo, São Paulo-SP, Brasil. End. eletrônico: juan.rodrigues@unifesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-2473-0160>

**** Graduanda em geografia no Instituto das Cidades do Campus Zona Leste da Universidade Federal de São Paulo, São Paulo-SP, Brasil. End. eletrônico: b.montalva@unifesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-8580-028X>

***** Graduando em geografia no Instituto das Cidades do Campus Zona Leste da Universidade Federal de São Paulo, São Paulo-SP, Brasil. End. eletrônico: henry.maru@unifesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1251-9091>

The macro and micro politics of the urban struggles for claims and affirmations in the city of São Paulo: between peripheries and *quebradas*

Abstract

This theoretical essay analyzes the "macro and micro policies" of the urban struggles for claims and affirmations in the city of São Paulo, according to Suely Rolnik (2018), with emphasis on the period of re-democratization that began in the 1980s. The analysis focuses on the relationship of these struggles with the processes of production and transformation of the peripheries, currently resignified as broken. The hypothesis is defended that "periphery" and "quebrada" have conceptual distinctions, although they are often treated as synonyms. The analysis is based on theoretical, musical, literary and political approaches, based on urban studies, rap lyrics, marginal literature and exploratory research on the political and cultural dynamics of distinct movements and social agents in the city of São Paulo.

Keywords: Demanding and affirmative urban struggles; Macro and micropolitical struggles; Peripheries; *Quebradas*.

As lutas urbanas reivindicativas nas periferias da cidade de São Paulo

Na década de 1970, o uso do termo “periferia” se disseminou em estudos sobre o sistema-mundo elaborados por diferentes autores como, por exemplo, o economista egípcio Samir Amin (1976) que analisou “as formações sociais do capitalismo periférico” cujas funções são determinadas pela necessidade do capitalismo central de “combater a baixa tendencial da taxa de lucro, por um lado alargando os mercados e explorando novas zonas onde a taxa de mais-valia é mais elevada do que no centro e, por outro lado, reduzindo o custo da força de trabalho e do capital constante” (Amin, 1976, p. 156). Para Amin (1976), as estruturas das “formações sociais do capitalismo periférico” são tidas como mutiladas e que só podem ser compreendidas enquanto elementos de uma estrutura social mundial (Idem, p. 252).

O termo “periferia” foi utilizado também em estudos urbanos brasileiros, particularmente sobre a cidade de São Paulo, para designar a produção dos espaços urbanos habitados por membros da classe trabalhadora constituída no âmbito da expansão do capitalismo industrial periférico e dependente ocorrido no Brasil a partir da década de 1930. São múltiplas as definições de periferia enunciadas por esses estudos urbanos elaborados por estudiosos que analisaram e interpretaram criticamente as contradições internas do nosso capitalismo. A partir dessas análises e interpretações, tais estudiosos derivaram um importante conjunto de entendimentos

sobre as características e especificidades dos intensos processos de urbanização marcados por profundas desigualdades e conflitos socioespaciais.

Na primeira metade da década de 1970, Francisco de Oliveira (1988) examinou a expansão do capitalismo industrial brasileiro na perspectiva das suas características sociais e econômicas internas consideradas não do ponto de vista da “dualidade cepalina” (Oliveira, 1988, p. 9), mas sim através da “unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’” (Idem, p. 12). Ao examinar tais características, Oliveira (1988) não enfocou prioritariamente o processo de urbanização, mas referiu-se à periferia de modo subliminar ao mencionar as “residências das classes trabalhadoras” que são construídas “pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o ‘mutirão’” (Idem, p. 35). Para Oliveira (1988), essas residências, localizadas majoritariamente em bairros periféricos, eram produtos de “trabalho não-pago, isto é, supertrabalho.” (Idem, p.35). Segundo o autor, esse modo de produção da moradia periférica da classe trabalhadora “contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho” (Idem, p. 35). Nesse sentido, a periferia foi vista como base para a superexploração dos trabalhadores e trabalhadoras.

Em trabalho coletivo sobre as contradições entre a pujança econômica e as situações de pobreza existentes na cidade de São Paulo da década de 1970, a equipe de pesquisadores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) examinou mais detidamente as condições de vida e a urbanização paulistana derivadas do capitalismo industrial brasileiro. Nesse exame, o termo “periferia” aparece com diferentes significados e designações. Os autores afirmam que “a expressão ‘periferia’, que serve para designar os bairros afastados do centro, tornou-se sinônima, em certos meios, da noção de marginalização ou de exclusão social.” (Camargo et al., 1975, p. 23). Colocam uma carga negativa sobre essa expressão e a utilizam para designar também os “aglomerados, clandestinos ou não, carentes de infra-estrutura, onde vai residir a mão-de-obra necessária para o crescimento da produção.” (Idem, p. 25). Essa negatividade evidencia-se ao afirmarem que a “periferia é o destino residencial dos trabalhadores” (Idem, p. 35) onde “avolumam-se conjuntos de barracos e casas precárias, verdadeiros acampamentos desprovidos do mínimo de infra-estrutura.” (Idem, p. 39). Na periferia, as casas precárias “são as ‘casas próprias’, em que a lógica especulativa dos ‘loteamentos’ fixou boa parte da classe trabalhadora.” (Idem, p. 39). Ademais, as precariedades habitacionais periféricas “expressam a precariedade dos salários.” (Idem, p. 45).

Ainda na década de 1970, Lúcio Kowarick (1993), que trabalhou ativamente na equipe de autores do CEBRAP que elaborou o estudo mencionado anteriormente, desenvolveu análises que mostram como a urbanização paulistana produz formas de “espoliação urbana” nos locais de moradia dos membros da classe trabalhadora que vivem majoritariamente na periferia. Conforme os argumentos de Kowarick (1993), a periferia é o lugar de destino das “camadas

pobres” após serem expulsas “quando investimentos públicos e privados valorizam determinadas áreas.” (Kowarick, 1993, p. 25). Assim, a produção dos espaços urbanos em áreas periféricas da cidade ocorre de modo segregado em relação às áreas mais centrais. Esses espaços urbanos periféricos possuem diferentes marcadores sociais dentre os quais Kowarick (1993) destaca a “pobreza da cidade e de seus habitantes.” (Idem, p. 34). Ademais, para esse autor, o “vertiginoso crescimento demográfico” associado à “retenção dos terrenos à espera de valorização, levou ao surgimento de bairros [periféricos] cada vez mais distantes [...] dos locais de trabalho, impondo-se distâncias de deslocamento cada vez maiores.” (Idem, p. 37-38). Kowarick (1993) identificou a periferia com “o processo de criação de cidades-dormitório, verdadeiros acampamentos desprovidos de infra-estrutura.” (Idem, p. 38). Ao ressoar o argumento de Francisco de Oliveira (1988) citado anteriormente, Lúcio Kowarick (1993) afirmou que “as classes trabalhadoras foram fixadas na periferia, construindo, elas mesmas, nas horas de folga e com a ajuda gratuita de parentes, vizinhos e conterrâneos, as suas casas próprias.” (Idem, p. 40). Complementou essa afirmação colocando que “essa solução do problema habitacional contribuiu para deprimir os salários pagos pelas empresas aos trabalhadores.” (Idem, p. 40). Assim, expôs a “periferia como fórmula de reproduzir nas cidades a força de trabalho [a qual] é consequência direta do tipo de desenvolvimento econômico que se processou na sociedade brasileira” (Idem, p. 40) em que se teve, “de um lado, altas taxas de exploração de trabalho e, de outro, forjou formas espoliativas que se dão no nível da própria condição urbana de existência a que foi submetida a classe trabalhadora. (Idem, p. 40). Outra consequência desse desenvolvimento econômico desigual foram as migrações internas, rural-urbana, que levaram a classe trabalhadora “a residir preponderantemente nas assim chamadas casas precárias, situadas nas múltiplas e cada vez mais distantes periferias da cidade.” (Idem, p. 81).

Em texto apresentado em meados da década de 1970, Gabriel Bolaffi (1982) também definiu os significados do termo “periferia” e afirmou que, em São Paulo, “a expressão *periferia* acabou por adquirir uma nova semântica, diferente daquela emprestada da geometria.” (Bolaffi, 1982, p. 57 - destaque no original). Para ele, políticos e administradores referem-se à periferia como “setores da cidade precariamente atendidos por serviços públicos, nos quais os valores imobiliários são suficientemente reduzidos para serem suportados pelas populações de baixa renda.” (Idem, p. 57). Bolaffi (1982) explicou que a periferia se constituiu a partir da “dinâmica de crescimento metropolitano” (Idem, p. 57), denominada como “padrão periférico de crescimento” (Idem, p. 58) o qual não se limita à produção dos espaços urbanos periféricos, mas diz respeito à expansão da metrópole como um todo. Para Bolaffi (1982), as características desse padrão são: “baixa densidade de ocupação do solo urbano, aumento das distâncias, ineficiência dos transportes, elevação dos custos sociais e privados da urbanização e comprometimento irreversível da eficiência da administração pública.” (Idem, p. 59-60). Na época, essas características marcaram tanto os espaços urbanos periféricos quanto os demais espaços urbanos

metropolitanos. Os loteamentos habitados pelas famílias da classe trabalhadora foram e continuam sendo os principais componentes desses espaços urbanos periféricos da cidade de São Paulo. Os processos de produção desses loteamentos foram detalhadamente estudados por Raquel Rolnik e Nabil Bonduki (1982) na segunda metade da década de 1970.

Segundo Rolnik e Bonduki (1982), “a proliferação dos loteamentos periféricos só pode ser entendida se percebermos a sua importância para a acumulação do capital e para a reprodução da força de trabalho na etapa recente de expansão do capitalismo no Brasil.” (Rolnik; Bonduki, 1982, p. 118). Nesse sentido, os autores procuraram “demonstrar que os expedientes de reprodução da força de trabalho implícitos ao processo de formação e consolidação destes loteamentos - principalmente a autoconstrução e a mercantilização da casa própria - permitem altas taxas de acumulação realizadas com salários deprimidos. (Idem, p. 118). Como visto, tais expedientes ocorrem basicamente na periferia urbana. Para Rolnik e Bonduki (1982),

[...] a definição de periferia é utilizada indiscriminadamente para designar, numa visão geográfica, os espaços que estão distantes do centro metropolitano e na faixa externa da área urbanizada e, numa visão sociológica, os locais onde a força de trabalho se reproduz em péssimas condições de habitação. Aparentemente, é consenso que as duas definições estão falando da mesma coisa: no entanto, este uso indiscriminado do termo leva a uma série de imprecisões na sua utilização. (Idem, p. 147).

Diante de tal constatação, Rolnik e Bonduki (1982) preferem “definir periferia como “as parcelas do território da cidade que têm baixa renda diferencial”, pois, assim, este conceito ganha maior precisão e vincula, “concreta e objetivamente, a ocupação do território urbano à estratificação social.” (Idem, p. 147). Entendem que a “renda diferencial” é a “renda fundiária que se baseia nas diferenças entre as condições físicas e localizações dos terrenos e nos diferenciais de investimentos sobre eles, ou no seu entorno, aplicados.” (Idem, p. 147). Explicam que a “baixa renda diferencial significa uma série de características conjugadas, das quais o fator distância é apenas uma.” (Idem, p. 147). Complementam essa explicação esclarecendo que as periferias, com ocupações urbanas recentes na época, constituíam-se como espaços “geralmente pior servidos de equipamentos urbanos, apresentando uma baixa renda diferencial em relação a outras parcelas do território urbano, já mais urbanizadas.” (Idem, p. 147). Concluem afirmando que

Apresentar baixa renda diferencial é o que define periferia, estando o terreno onde estiver no espaço urbano. Consequentemente este será, por excelência, o local da habitação dos trabalhadores. Neste sentido, não existe uma única periferia uniforme, mas muitas, com características

diferentes, pois mesmo dentre os territórios da cidade mal servidos, há uma graduação e uma hierarquização muito grande, desde o que não tem ruas até o que tem água e não asfalto, etc., nas mais diversas localizações. (Idem, p. 148)

Em texto sobre a moradia construída pelo próprio morador (autoconstrução) em loteamentos periféricos, também redigido e apresentado na década de 1970, Maricato (1982) complementou a definição urbanística de periferia acrescentando elementos arquitetônicos. Para a autora, a periferia constituía-se como

[...] o espaço da residência da classe trabalhadora ou das camadas populares, espaço que se estende por vastas áreas ocupadas por pequenas casas em pequenos lotes, longe dos centros de comércio ou negócios, sem equipamento ou infraestrutura urbanos, onde o comércio e os serviços particulares também são insignificantes enquanto forma de uso do solo. Essa ocupação é urbana, mas pode-se dizer também que é desurbanizada à luz de certas formulações técnicas urbanísticas de planejamento ou mesmo à luz de certas formulações antropológicas, ou ainda à luz da história das cidades. (Maricato, 1982, p. 83)

Uma vez exposto o conjunto de definições do termo “periferia” colhidas em estudos urbanos paulistanos elaborados na década de 1970, passemos para uma reflexão sobre as lutas urbanas reivindicativas surgidas nesse período e prolongadas em períodos subsequentes. Consideremos que essas lutas urbanas reivindicativas inserem-se no mesmo contexto em que as definições do termo “periferia” descritas anteriormente foram elaboradas. Tais lutas foram realizadas por movimentos sociais, associações de moradores, sindicatos, clubes de mães, comunidades eclesiais de base, organizações não governamentais, dentre outros agentes coletivos, que haviam na cidade de São Paulo e em outras cidades brasileiras no momento em que o país caminhava para a redemocratização. Esses agentes e suas ações coletivas já foram largamente estudados por diversos autores como, por exemplo, Candido Procopio Ferreira de Camargo et alli (1981); Clóvis Moura (1981); Eder Sader (1988); Laís Wendel Abramo (1988); Maria da Glória Gohn (1982, 1985); Paula Beiguelman (2002); Paul Singer (1981a, 1981b); Silvio Caccia Bava (1988); Vera da Silva Telles (1988) e Vinícius Caldeira Brant (1981), dentre outros. Apesar de terem surgido na década de 1970 e passado por grandes mudanças, esses agentes continuam como referências de lutas urbanas reivindicativas incidentes na esfera macropolítica. São agentes compostos majoritariamente por pessoas que vivem e se relacionam com as realidades periféricas representadas nas definições citadas anteriormente, tais como, os operários e as donas de casa que sofrem no dia-a-dia com falta de creches para as suas crianças e de médicos para seus familiares, principalmente os mais idosos.

Ao emergirem na década de 1970, as lutas urbanas reivindicativas relacionavam-se com as definições de periferia ao abordarem os locais de moradia e de superexploração da classe trabalhadora, caracterizados pela distância em relação às áreas mais centrais melhor providas de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas. Nessas definições, tais locais se caracterizavam também por várias formas de carências, faltas, destituições e precariedades urbanas e habitacionais. Essas características pautaram as lutas urbanas reivindicativas que advieram principalmente das realidades existentes nos bairros periféricos e podem ser vistas como ações coletivas que colocavam, na esfera macropolítica, demandas ao Estado relativas à realização de uma série de medidas, ações e investimentos públicos que melhorassem as condições de vida da classe trabalhadora. Pedro Jacobi (1989) afirmou que os “movimentos reivindicatórios urbanos” da década de 1970 tinham nos bairros populares da periferia seu “espaço de sobrevivência política” e seus “espaços diversificados de explicitação de demandas relativas à reprodução social e às condições de vida dos setores mais excluídos nas cidades e metrópoles brasileiras.” (Jacobi, 1989, p. 10).

Ao interpelar o Estado e apresentar suas demandas por meio de lutas urbanas reivindicativas, os “movimentos reivindicatórios urbanos” (Jacobi, 1989) e outros agentes buscavam tanto a redução do custo de vida quanto o acesso à moradia, saúde, transporte, saneamento básico, regularização fundiária, escolas, creches, dentre outras provisões públicas. Tais movimentos e agentes atuam principalmente na esfera macropolítica compreendida conforme proposições de Suely Rolnik (2018). Alguns desses movimentos e agentes continuam atuantes até hoje e convivem com outras formas de organização social e ação coletiva como, por exemplo, os chamados coletivos que proliferaram nas periferias paulistanas ressignificando-as com o termo “quebrada” discutido adiante. Por causa da persistência atual desses movimentos e agentes, vamos nos referir a eles no presente.

Ao incidirem na esfera macropolítica informadas pelas definições de periferia, as lutas urbanas reivindicativas podem ser vistas nas perspectivas das categorias definidas por Rolnik (2018) na seção anterior. Assim, o foco dessas lutas se opõe à “desigualdade na distribuição de direitos” (Rolnik, 2018, p. 123) verificada na contraposição entre as condições urbanas, habitacionais e de vida existentes nos bairros habitados, de um lado, pela classe dominante detentora de maior poder político e econômico e, de outro lado, pela classe trabalhadora de baixa renda. Trata-se de um foco que enfatiza a reivindicação de direitos sociais à cidade, à moradia digna, aos serviços de saúde e de educação com boa qualidade, dentre outros. Para Pedro Jacobi é a “luta pelo direito à cidadania” (1989, p. 10).

Os agentes em potencial das lutas urbanas reivindicativas incidentes na esfera macropolítica, são aqueles que estão em “posições subalternas na trama social” (Rolnik, 2018, p. 124). Tais agentes são os sujeitos superexplorados nos processos de produção de mercadorias e de construção das suas próprias moradias, conforme exposto por Francisco de Oliveira (1988), e espoliados nos seus bairros precários e

deficitários de residência, conforme discutido por Lúcio Kowarick (1993). Segundo a equipe de pesquisadores do CEBRAP, tais sujeitos vivem em condições de marginalização e exclusão social (Camargo et al., 1975) nas quais sofrem com as opressões e restrições impostas pela pobreza e necessidade de sobrevivência. Dentre os envolvidos nas lutas urbanas reivindicativas, podemos destacar os “movimentos reivindicatórios urbanos” nos quais Pedro Jacobi (1989) identificou a participação da “Igreja e seus agentes pastorais, militantes partidários, militantes de esquerda, associações de moradores, clubes de mães e assessores.” (Jacobi, 1989, p. 13).

Os agentes das lutas urbanas reivindicativas não aceitam passivamente as imposições advindas das suas condições sociais e incidem na esfera macropolítica movidos pela vontade de denunciar as injustiças sociais existentes na urbanização capitalista. As múltiplas definições de periferia vistas anteriormente ressoam nessas lutas e em seus discursos e denúncias que visam conscientizar, mobilizar e empoderar os grupos subalternos da sociedade na reivindicação por políticas públicas adequadas de responsabilidade do Estado. Em ressonância com uma ideia de Pedro Jacobi (1989), podemos dizer que essas definições “oferecem à população discursos que representam modos de abordagem da realidade e alternativas de atuação e articulação em face dos problemas vivenciados, considerados como inaceitáveis, e a percepção dos direitos.” (Idem, p. 14).

Além da reivindicação por políticas públicas adequadas, a intenção embutida na vontade de conscientizar, mobilizar e empoderar o sujeito era e continua sendo criar, para usar os termos de Suely Rolnik (2018), um “lugar de fala” que seja ouvida pela sociedade e pelo poder público, bem como de um “lugar de existência” digno nas periferias da cidade onde haja boas condições de vida urbana e habitabilidade adequada. Essa intenção advém do fato de que “[a]s pessoas afetadas na esfera do cotidiano se apercebem de que o Estado não lhes assegura o bem-estar comum, sendo então necessário que a população pressione os órgãos públicos para resistir à pauperização e exclusão.” (Idem, p. 18).

Ao buscarem conquistar um “lugar de existência” digno, os agentes das lutas urbanas reivindicativas avaliam a situação da periferia segundo suas experiências elaboradas com a ajuda das definições enunciadas anteriormente. Tais definições de periferia se somam ao critério racional da avaliação da situação condizente com um determinado critério moral que, segundo Rolnik (2018), “aponta para sistemas de valores dos modos de existência vigentes: aqueles com os quais cada subjetividade se identifica em sua experiência como sujeito e dos quais se utiliza para situar-se no campo social” (Rolnik, 2018, p. 134). Esse critério funciona como um mecanismo de constituição do indivíduo como sujeito membro de uma coletividade dotada de uma identidade que, no caso dos agentes das lutas urbanas reivindicativas, “concretiza a partir da construção coletiva de uma noção de direitos que, relacionada diretamente à ampliação do espaço da cidadania, dá lugar ao reconhecimento público das suas carências.” (Jacobi, 1989, p. 18).

Ao rejeitarem e se colocarem contra as precárias e deficitárias realidades e condições sociais, urbanas e habitacionais dos bairros periféricos, definidas negativamente pelos estudos urbanos da década de 1970, os agentes das lutas urbanas reivindicativas confirmam o argumento de Suely Rolnik (2018) ao operarem “por negação” na esfera macropolítica. Essa negação encontra-se embutida nas reivindicações desses agentes, as quais são dirigidas ao Estado e demandam políticas, ações e investimentos públicos que sejam capazes de transformar as características negativas de tais realidades e condições daqueles bairros em características mais positivas. Essas reivindicações e demandas negam a opressão imposta pelos processos estatais e não estatais que geram essas características negativas, inclusive por meio de legislações. Para utilizar um dos argumentos de Rolnik (2018), podemos dizer que, ao operarem “por negação”, os agentes das lutas urbanas reivindicativas baseiam-se em “estratégias de ‘combate contra’ os opressores e as leis [...] para subverter a distribuição de posições no interior das relações marcadas pela opressão e a exploração” (Rolnik, 2018, p. 134).

Para realizarem seus modos de operação, os agentes das lutas urbanas reivindicativas precisam construir modos de cooperação entre si a fim de gerar “força de pressão para viabilizar uma reversão efetiva nas relações de poder no plano institucional (o que inclui o Estado e suas leis, mas não se reduz a ele)” (Idem, p. 140). Para isso, é necessário que haja uma “reconhecimento identitária” entre esses agentes semelhante à dos movimentos reivindicatórios urbanos que, segundo Pedro Jacobi (1989), “passaram da necessidade objetivamente existente para a consciência da necessidade a partir da imbricação de diversos fatores dos quais resulta a prática reivindicatória. Esta, por sua vez, se torna fonte de uma identidade social possível” (Jacobi, 1989, p. 19).

As definições dos atributos negativos das periferias informam as lutas urbanas reivindicativas que incidem na esfera macropolítica para pressionar o Estado a atender as necessidades sociais, urbanas e habitacionais periféricas. A seguir discute-se, de modo mais breve, como as definições do termo “quebrada” informam as lutas urbanas afirmativas que incidem na esfera micropolítica.

As lutas urbanas afirmativas nas quebradas da cidade de São Paulo

Ao contrário das definições do termo “periferia”, as definições do termo “quebrada” não se encontram consolidadas nos estudos urbanos e, até onde sabemos, em nenhuma área do conhecimento acadêmico. O termo “quebrada” está muito presente nas falas de pessoas, principalmente jovens, e em expressões culturais que muitos predicam como “periféricos” referindo-se, talvez, às condições de pobreza, marginalidade, carência e precariedade. Neste ensaio, preferimos predicar essas pessoas, jovens e expressões culturais como sendo da quebrada ao invés de periféricas. Isso porque, segundo nossa hipótese enunciada na Introdução, enquanto as realidades precárias e carentes das periferias são denunciadas em

reivindicações macropolíticas, as realidades formativas e potentes das quebradas são anunciadas em lutas urbanas afirmativas feitas na esfera micropolítica por meio de práticas culturais, como o rap e a literatura marginal. Enquanto as definições de periferia são externas às lutas urbanas reivindicativas feitas na esfera macropolítica, as definições de quebrada são internas às lutas urbanas afirmativas feitas na esfera micropolítica. O próprio ato de enunciação musical e poético dessas definições de quebrada são modos de lutas urbanas afirmativas ligadas a lugares socioespaciais de expressão de si perante o outro.

Como visto, as periferias foram predominantemente denunciadas por agentes externos, principalmente do mundo acadêmico brasileiro. Os anúncios da quebrada se distinguem e se contrapõem a essas denúncias (sem negá-las), afirmando sua existência a partir da possibilidade de contar a sua própria história conforme o lema “é nós por nós!”. A autoafirmação na quebrada, dentre muitas motivações e significados, revela em si um caráter conflitivo entre agentes internos e externos às quebradas. Esse conflito não é só sobre quem é e quem não é de quebrada, mas sobre disputas culturais de narrativas, linguagens, estilos e estéticas que podem ser vistas nas produções artísticas e culturais que evidenciam as lutas urbanas afirmativas e micropolíticas nas quebradas. Para evidenciar os significados e sentidos do termo “quebrada” vamos lançar mão de duas dessas produções, um rap do movimento hip hop e um poema da literatura marginal, com a intenção de formar um quadro de referência que nos auxilie a analisar a micropolítica das lutas urbanas afirmativas segundo as categorias propostas por Suely Rolnik (2018) descritas anteriormente.

Supomos que o termo “quebrada” se popularizou entre a década de 1990 e o início dos anos 2000 para se referir a um lugar na cidade no qual a autoafirmação se dava em um contexto marcado pela implantação de medidas neoliberais que impactaram de forma significativa a economia e a vida das pessoas. Para muitas dessas pessoas havia certa perda de referencial político que havia sido propiciado pelas lutas urbanas reivindicativas feitas na esfera macropolítica e atreladas às definições de periferia formuladas na década de 1970, conforme visto anteriormente. Novos referenciais políticos emergiram muitas vezes atrelados com práticas culturais. Na década de 1990, os investimentos públicos realizados nos bairros periféricos ao longo das décadas de 1980 e 1990, voltados para a melhoria das provisões de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas, mudaram as quebradas onde surgiu um caldeirão social explosivo marcado por uma efervescência cultural ligada à violência generalizada do Estado policial contra setores populares e marginalizados da sociedade. O rap e a literatura marginal são partes dessa efervescência.

O aumento drástico da violência urbana ocorrido nesse período é expresso no aumento das taxas de homicídio de jovens negros que viviam nas quebradas onde surgiram fenômenos marcantes: o Primeiro Comando da Capital (PCC), as igrejas evangélicas, o movimento hip-hop, a literatura marginal e os coletivos

culturais. Esses fenômenos podem ser vistos como tentativas de instituição de uma “ética regulatória que normatizasse a vida nas periferias” (D’Andrea, 2022, p.115) no que tange à formulação de padrões e códigos de sociabilidade regidos pelo imperativo de conter a violência nas interações sociais. Nesse sentido, algumas produções artísticas e culturais feitas principalmente pelo movimento hip-hop, literatura marginal e coletivos culturais podem ser vistas como definições autoafirmativas das quebradas. Segundo Tiaraju Pablo D’Andrea (2022), essas produções artísticas difundiram educação e valores de solidariedade que auxiliaram no deslocamento da posição de estigma à posição de orgulho (Idem, p.114).

Essa posição de orgulho é um traço central na definição da quebrada que, mesmo imersa na violência da década de 1990 e 2000, emitiu duas mensagens poderosas desde a Zona Sul da cidade de São Paulo: o disco de rap “Sobrevivendo no Inferno” do Racionais MC’s de 1997 e o livro “Capão Pecado” de Ferréz publicado em 2000. São mensagens vindas de dentro da quebrada com definições e afirmações de si que inauguraram um processo que continua até hoje no qual ressoam obras recentes como o rap “A Chapa é Quente” do Emicida e Rael gravado em 2017 e o poema “A Vida é Loka” do Sérgio Vaz publicado em 2021.

“Quebrada é quebrada”. Essa proclamação abre o rap “A Chapa é Quente” de Emicida e Rael e é explicada imediatamente pela curta frase subsequente: “vários combate”. A quebrada é combate pela vida em que “cada um faz a sua parte”. E para combater pela vida na quebrada “tem que aprender”, pegar “a visão que eu tô te passando” e tomar “parte dessa história”. Ao apresentar uma definição da quebrada enquanto um combate pela vida, esse rap parece declarar que o aprendizado é necessário para assumir uma posição na história em que se pergunta: “não era só nós que estava se matando?”. Podemos supor que as lutas urbanas afirmativas realizadas na esfera micropolítica pelas pessoas da quebrada sejam exatamente para mudar essa história. O combate pela vida na quebrada implica em deixar de se matar entre si. O fato é que o rap “A Chapa é Quente” mostra toda a tensão que existe no combate pela vida na quebrada. Tensão entre “tribos inimigas, exércitos e fronteiras”. Tensões das guerras, das brigas e das ruas. As tensões do combate pela vida surgem de várias maneiras nas lutas afirmativas que as pessoas da quebrada levam a cabo cotidianamente no plano micropolítico. Em um manuseio preciso das palavras, os autores do rap realizam uma operação metonímica e definem a quebrada como ruas. Declamam que as “quebradas são ruas” ao mesmo tempo em que notam as “ruas virando trincheiras”. Nessas ruas-trincheiras, “se trombar, nós vai cobrar”. E essa cobrança é direta, sem mediações. É “olho por olho, dente por dente”. Na quebrada, a chapa é quente e as lutas urbanas afirmativas são micropolíticas porque são lutas pela vida.

No poema “A Vida é Loka” de Sérgio Vaz, a vida na quebrada não deixa de ser feita de “vários combate”. A quebrada não deixa de ser feita de ruas, principalmente de “ruas virando trincheiras”. Porém, na quebrada de Sérgio Vaz, as armas e as ações de combate se transformam. Diz o poeta que “Estes dias tinha um

moleque na quebrada” que trazia “uma arma de quase 400 páginas na mão”. A imagem de uma arma-livro é forte ao mostrar outro tipo de combate pela vida na quebrada. Desta vez a partir de alguém que busca por conhecimentos através da leitura de livros. O moleque da quebrada com a arma-livro na mão mostra a potência de gerar conhecimentos, refletir, pensar e analisar a realidade para transformá-la. Na quebrada há também “Umás minas cheirando prosa, uns acendendo poesia”. Mostram a quebrada por meio da experiência física e sugestivamente envolvente da literatura. A quebrada deixa de ser associada aos crimes, à droga, aos vícios, ao consumo de cocaína, ao cigarro e à maconha. O consumo desta última avermelha os olhos, porém este não é o caso de “um cara sem nike no pé indo para o trampo com o zóio vermelho de tanto ler no ônibus”. O poeta desassocia a definição de quebrada do roubo de tênis caros e a associa ao “trampo” para onde se vai de ônibus cujo deslocamento entorpecedor se converte em intensa leitura e experiência literária. Busca também desassociá-la do consumo de álcool seguido por mal-estar para associá-la a “uns tiozinho e umas tiazinha no sarau enchendo a cara de poemas. Depois saíram vomitando versos na calçada.” Os estados de entorpecimento, vício e embriaguez se transformam em práticas e experiências de conhecimento, trabalho, leitura e fruição literária.

A sequência de habilidosas torções realizadas nas semânticas das palavras continua e o tráfico de drogas dá lugar ao “tráfico de informação” e o algemado pelo policial dá lugar ao “algemado aos diplomas” que experimentam “pílulas de sabedoria”. A prisão dá lugar à liberdade. Assim, o tráfico de drogas que leva à prisão transforma-se em tráfico de informação e em estudos que levam à formação e à conquista de um diploma. Sérgio Vaz (2021) disputa narrativas sobre a quebrada descrevendo parte de seu cotidiano social. Seu poema quebra a expectativa das narrativas hegemônicas que definem a quebrada como o local da violência, dos criminosos, dos bandidos, do tráfico de drogas e dos bêbados. Para ele, a quebrada afirma-se como o lugar da obtenção de informação, do estudo, do conhecimento, da formação, da liberdade e da criação literária.

Assim, a quebrada surge como lugar que, para a geografia, não se caracteriza como sinônimo de localização, mas sim como relação e prática social de experiência vivida no tempo e no espaço que considera também as relações afetivas, o pertencimento, a identidade, a subjetividade e os sentidos cotidianos construídos por pessoas em co-presenças temporais e espaciais. Para o geógrafo Milton Santos (2005), o lugar define-se como funcionalização do mundo e é por ele que o mundo é percebido empiricamente (Santos, 2005, p. 158). Ou seja, no lugar percebemos e experienciamos o movimento do mundo e seu funcionamento. No lugar, para Santos (2005), “estamos condenados a conhecer o mundo pelo que ele já é, mas, também, pelo que ainda não é. O futuro, e não o passado, torna-se a nossa âncora” (Idem, p. 163). Assim, o mundo surge como conjunto de possibilidades no lugar que, no caso, é a quebrada. A quebrada como lugar não se define genericamente como periferia ou espaço urbano periférico. Define-se a partir da constituição de

lugares concretos vividos em ocupações com interações entre humanos e não humanos.

As definições de quebrada inferidas a partir do rap de Emicida e Rael e do poema de Sérgio Vaz expressam jeitos potentes de persistir na existência que são verdadeiras lutas urbanas afirmativas. Mesmo em meio à precariedade e à violência, essas lutas dão vazão à pulsão ética que afirma fundamentalmente o desejo de viver. Essas definições fornecem um quadro de referência para as reflexões sobre as lutas urbanas afirmativas da quebrada que ocorrem na esfera micropolítica. O foco dessas lutas é “o abuso perverso da força vital de todos os elementos da biosfera” (Rolnik, 2018, p. 123-124). Os “vários combates” pela vida expressos no rap “A Chapa é Quente” é a afirmação vigorosa da “força vital” no enfrentamento contra o “abuso perverso” do preconceito, da humilhação, da discriminação e da matança social. Esse é o combate, por exemplo, das mães que lutam pela elaboração da memória da chacina dos seus filhos mortos pela Polícia Militar.

Os agentes em potencial das lutas urbanas afirmativas da quebrada são “todos os elementos da biosfera [humanos e não humanos] que se insurgem face à violência contra a vida” (Idem, p. 124). Na esfera micropolítica, essas lutas envolvem todos os agentes com “poder de decidir o destino da pulsão [vital]” (Idem, p. 126). São agentes humanos e não humanos que decidem e escolhem a vida em processos individuais e coletivos, organizados e desorganizados, programados e aleatórios. As lutas urbanas afirmativas desses agentes tem ligações com as lutas quilombolas do povo negro. Não é à toa que os quilombos são referências cada vez mais fortes e presentes nessas lutas das quebradas. Segundo Antônio Bispo, “Os quilombos são organizações confluentes com o ambiente.”¹ Nos quilombos se “vive de forma confluyente com todos os viventes.”² Para ele, “quilombo é uma organização contra-colonialista”³ e, como tal, é politeísta e pensa na circularidade.

O que move os agentes das lutas urbanas afirmativas micropolíticas das quebradas é a “perseveração da vida” para, ao invés de denunciar, “anunciar mundos por vir” (Idem, p. 131). Este anúncio é claro e evidente nas viradas semânticas que o poema de Sérgio Vaz faz nos significados de palavras torcendo-as para redefinir a quebrada não mais a partir das armas, da violência, do consumo e tráfico de drogas e álcool e do encarceramento, mas, sim, a partir dos livros, da leitura, da literatura, da poesia, do trabalho, do conhecimento, da sabedoria, da formação escolar e da liberdade do corpo e da mente. O poema de Sérgio Vaz

¹ Antonio Nego Bispo. *Confluências: o modo quilombola de vida, e a sociedade do século XXI*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CQoJOiHyaTY>. Acesso em 30 jul. 2023

² Idem.

³ Idem.

anuncia a quebrada do mesmo modo em que Antonio Bispo anuncia o quilombo: como “o lugar de uma civilidade humana diferente”⁴.

A intenção que move os agentes das lutas urbanas afirmativas micropolíticas da quebrada é a “potencialização’ da vida [...] para que a pulsão possa guiar o desejo em direção a conexões que lhe permitam criar algo no qual ela encontre sua expressão” (Idem, p. 132). Essa intenção existe no rap e no poema comentados anteriormente e, certamente, em vários outros raps e poemas em circulação no mundo. Existe também nos vários tipos de ocupações de espaços ociosos e muitas vezes abandonados que são realizadas por movimentos sociais e coletivos das quebradas que desejam criar lugares autogeridos nos quais possam potencializar a vida, bem como abrigar e catalisar suas experiências libertárias e lutas urbanas afirmativas voltadas para objetivos culturais, artísticos, políticos, habitacionais, formativos, educacionais, dentre outros.

Os agentes das lutas urbanas afirmativas das quebradas avaliam as situações segundo critérios micropolíticos pulsionais cuja ética “aponta para aquilo que a vida pede como condição para perseverar a cada vez que se vê debilitada por sua asfixia nos modos de existência vigentes e seus valores que, quando isso ocorre, perdem seu sentido” (Idem, p. 134). Esses critérios referem-se principalmente às avaliações dos modos de subjetivação produzidos pelas situações que, de um lado, podem sujeitar indivíduos e coletivos em formas e modos de vida existencialmente sufocantes ou, de outro lado, podem agenciar esses indivíduos e coletivos em formas e modos resistentes de bem viver que perseverem na existência.

As lutas urbanas afirmativas das quebradas operam “por afirmação” na micropolítica e realizam o “combate pela vida em sua essência germinativa [para] não ceder ao abuso da pulsão [...] – cujos efeitos são a despontencialização da força vital para desarticular o poder do inconsciente colonial-capitalístico em nossa própria subjetividade” (Idem, p. 135). Esse modo de operação encontra-se nos combates pela vida presentes nas diferentes maneiras de realizar essas lutas urbanas afirmativas como, por exemplo, nas criações de rap e poemas, nas elaborações das memórias de chacinas, na constituição de quilombos nas quebradas e nos vários tipos de ocupações.

A realização das lutas urbanas afirmativas nas quebradas opera também modos micropolíticos de colaborações entre “agentes [que] se aproximam [e cooperam] ‘via ressonância intensiva’ que se dá entre frequência de afetos” (idem, p. 141). Essas colaborações visam “tecer múltiplas redes de conexões entre subjetividades e grupos [...] cujo elemento de união são embriões de mundo que habitam os corpos que delas participam” (idem, p. 141). Essas colaborações podem gerar “territórios relacionais temporários, variados e variáveis [...] [com] processos de experimentação dos modos de existência distintos dos hegemônicos, valorizando

⁴ Idem.

e legitimando sua ousadia” (Idem, p. 141). As lutas urbanas afirmativas das quebradas são, portanto, lutas micropolíticas que mobilizam corpos, territórios e subjetividades em combates para potencializar a força vital, a vida e a existência nas expressões de si na relação com o outro.

Considerações finais

Este ensaio teórico articula, de um lado, a noção de periferia, lutas urbanas reivindicativas e macropolítica e, por outro lado, a noção de quebrada, lutas urbanas afirmativas e micropolítica. Nessas articulações, percebem-se as diferenças entre as noções de periferia e quebrada, entre as lutas urbanas reivindicativas e afirmativas e entre a macro e a micropolítica. As noções de periferia e quebrada são usualmente utilizadas como se fossem sinônimos com o domínio da primeira, consagrada academicamente no campo dos estudos urbanos, em detrimento da segunda, vista como uma espécie de gíria juvenil. Este ensaio teórico mostra que os termos “periferia” e “quebrada” possuem significados e sentidos distintos e referem-se a aspectos diferentes das realidades socioespaciais dos lugares e territórios populares. Em que pese a necessidade de mais estudos, o presente ensaio teórico demonstra as especificidades dos significados desses termos que são válidos em análises, reflexões e discussões sobre essas realidades. O mesmo se dá com as definições das lutas urbanas reivindicativas e afirmativas que se distinguem respectivamente em função das distinções entre as noções de periferia e de quebrada. As diferenças entre as lutas urbanas reivindicativas e afirmativas aparecem com clareza nas suas relações com, respectivamente, as esferas macro e micropolíticas demarcadas por Suely Rolnik (2018). Com as explicitações dessas diferenças, esperamos que, com este ensaio teórico, tenhamos contribuído para aplicações e usos mais precisos dos termos “periferia” e “quebrada” demonstrando que possuem referências e códigos próprios que não podem ser confundidos entre si e muito menos hierarquizados segundo seus lugares de enunciação acadêmicos e não acadêmicos.

Referências

- ABRAMO, Laís Wendel. Greve metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). *São Paulo passado e presente - as lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro, 1988, p. 207-245.
- AMIN, Samir. *O desenvolvimento desigual - ensaio sobre as formações sociais de capitalismo periférico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- BAVA, Silvio Caccia. A luta nos bairros e a luta sindical. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). *São Paulo passado e presente - as lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro, 1988, p. 287-326.

- BEIGUELMAN, Paula. *Os companheiros de São Paulo: ontem e hoje*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- BOLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Ermínia. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982, p. 37-70.
- BRANT, Vinícius Caldeira. Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo. In: SINGER, Paul e BRANT, Vinícius Caldeira (Orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis, RJ: Vozes e CEBRAP, 1981, p. 9-27.
- _____. Sindicatos de trabalhadores. In: SINGER, Paul e BRANT, Vinícius Caldeira (Orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis, RJ: Vozes e CEBRAP, 1981, p. 29-57.
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de et al. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Edições Loyola, 1975.
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de et alli. Comunidades eclesiais de base. In: SINGER, Paul e BRANT, Vinícius Caldeira (Orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis, RJ: Vozes e CEBRAP, 1981, p. 59-81.
- ColaboAmerica Tv. *Confluências: o modo quilombola de vida, e a sociedade do século XXI* - Antônio Bispo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CCQoJOiHyaTY> Acesso em 30/07/2023
- D'ANDREA, Tiarajú Pablo. *A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. São Paulo: Editora Dandara, 2022.
- EMICIDA & RAEL. *A Chapa é Quente*. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2017. CD (4 min).
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. *A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. *Reivindicações populares urbanas*. São Paulo: Cortez Editora, 1982.
- JACOBI, Pedro. Atores sociais e Estado. *Espaço & Debates* - Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, n. 26, Ano IX, p. 10-21, 1989.
- KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- MARICATO, Ermínia. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- MOURA, Clóvis. Organizações negras. In: SINGER, Paul e BRANT, Vinícius Caldeira (Orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis, RJ: Vozes e CEBRAP, 1981a, p. 143-175.

- OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1988.
- ROLNIK, Raquel ; BONDUKI, Nabil. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, Ermínia. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982, p. 117-154.
- ROLNIK, Suely. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970/1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.
- SINGER, Paul. Movimentos de bairro. In: SINGER, Paul e BRANT, Vinícius Caldeira (Orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis, RJ: Vozes e CEBRAP, 1981a, p. 83-107.
- _____. O feminino e o feminismo. In: SINGER, Paul e BRANT, Vinícius Caldeira (Orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis, RJ: Vozes e CEBRAP, 1981b, p. 109-141.
- TELLES, Vera da Silva. Anos 70: práticas e espaços políticos. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). *São Paulo passado e presente - as lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro, 1988, p. 247-283.
- VAZ, Sérgio. *Flores de alvenaria*. São Paulo: Global Editora, 2021.